

Consórcio Setentrional de Educação a Distância
Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás
Curso de Licenciatura em Biologia a Distância

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO NA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO
COLÉGIO ESTADUAL CÔNEGO RAMIRO

SUSY JORGE DOS SANTOS

Brasília
2011

SUSY JORGE DOS SANTOS

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO NA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO
COLÉGIO ESTADUAL CÔNEGO RAMIRO

Monografia apresentada, como exigência parcial para a obtenção do grau pelo Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília/Universidade Estadual de Goiás no curso de Licenciatura em Biologia a distância.

Brasília
2011

SUSY JORGE DOS SANTOS

CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO NA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO
COLÉGIO ESTADUAL CÔNEGO RAMIRO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Biologia do Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília/Universidade Estadual de Goiás.

Aprovado em 11 de junho de 2011

Prof. Esp. Lívio Dantas Carneiro
Nome da Instituição
Orientador

Prof. Ms Bruno Saback Gurgel
Nome da Instituição
Avaliador I

Prof. Ms Roger Maia D. Ledo
Nome da Instituição
Avaliador II

Brasília
2011

***OFEREÇO**, a todos os meus familiares, pela
compreensão e apoio durante a busca e a Deus que
me fortaleceu durante a caminhada.*

AGRADECEÇO a Deus – sabedoria máxima da criação, por nos conceder o conhecimento como forma de aprimoramento do ser como individuo e de sua relação com a sociedade.

“A educação é um ato de amor e, portanto um ato de coragem. Não pode temer o debate, a análise da realidade; Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

Paulo Freire

RESUMO

Considerando que a gestão escolar, numa perspectiva democrática tem características e exigências próprias e que para efetivá-la, é fundamental observar procedimentos que promovam o envolvimento, o comprometimento e a participação das pessoas, torna-se necessário exercer funções que fortalecem a presença e a atuação das pessoas envolvidas. Foi buscando exercer esse modo democrático de gestão e visando adequar o ensino na área de Ciências Biológicas do Ensino Médio às matrizes curriculares que esse trabalho buscou abranger o exercício de poder, incluindo os processos de planejamento, as tomadas de decisões e a avaliação dos resultados alcançados. Após análise do Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Cônego Ramiro, tratou-se, de fortalecer os procedimentos de participação das comunidades escolar e local na administração da escola durante a adequação da mesma para o fortalecimento do Ensino Médio, focando principalmente na área de Ciências Biológicas descentralizando os processos de decisão e dividindo responsabilidades, através de reuniões, debates, coletas de dados e envolvimento de todos os segmentos no momento da implantação do curso no referido Colégio. Analisou-se que nas escolas e nos sistemas de ensino, a gestão democrática tem por objetivo envolver todos os segmentos interessados na construção de propostas coletivas de educação por intermédio principalmente do Projeto Político Pedagógico. Verificou-se que esse deve ser o instrumento maior da escola para garantir o sucesso da aprendizagem de todos os estudantes e a qualidade social da educação, bem como garantir a igualdade de condições para o acesso dos alunos e sua permanência e o pluralismo de ideias. Foi possível perceber que o Projeto Político Pedagógico deve ser construído para responder as demandas locais e direcionar ações para facilitar a aprendizagem dos alunos na área em foco, não aceitando passivamente o seu fracasso e exclusão. Concluiu-se que diante da necessidade de democratização do conhecimento, do fortalecimento da autonomia escolar no processo de construção do Projeto Político Pedagógico a coletividade constitui um referencial importantíssimo para o desenvolvimento dessa atividade educacional. Cabe ressaltar, no entanto, que esse instrumento está sujeito a adequações necessárias a cada momento do fazer pedagógico e do trabalho realizado pela escola, pois não pode ser considerado definitivo, uma vez que constitui hipóteses às quais a prática pedagógica, em sala de aula, irá confirmar e/ou transformar.

SUMÁRIO

OBJETIVO	09
JUSTIFICATIVA	10
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
Resgate da Memória da Escola	12
CAPÍTULO II	
A Intervenção	14
Reconstruindo o Projeto Político Pedagógico	16
CAPÍTULO III	
Gestão Democrática e Sucesso Escolar. Reflexões	21
Conclusão	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

OBJETIVO

Mostrar como é importante no dia a dia todos os segmentos da escola (gestores, alunos, professores, funcionários, pais) caminharem juntos, procurando resolver os problemas que aparecem e criando novas alternativas para a melhoria da educação oferecida à comunidade.

JUSTIFICATIVA

É na escola que o conhecimento é construído, compartilhado, reconstruído. Esse conhecimento, no entanto, não se reduz à aquisição de conceitos, fórmulas ou informações prontas sobre os diferentes campos do saber. Ele é um processo construído através da relação pedagógica e de uma prática educativa que visa à formação integral do educando, levando em conta os aspectos psicológicos, sociais, éticos, políticos, existenciais, estéticos, entre outros.

A ação pedagógica não pode estar voltada somente ao aluno, mas ao conjunto de atores envolvidos no campo da educação formal, isto é, diretor, professores, funcionários, pais e demais indivíduos ou grupos que participam, direta ou indiretamente, do funcionamento de uma comunidade escolar.

A utilização, pela escola, do termo comunidade sugere a ideia de uma coletividade cujos membros estão voltados para um projeto comum, sustentado por laços afetivos, por uma representação de mundo, crenças e valores também comuns. No entanto, construir práticas educativas que se desenrolem num ambiente comunitário, tem-se que levar em conta que tais práticas só se realizam através de atividades e lugares concretos, através de indivíduos que ocupam funções concretas que devem, no dia a dia, ser planejadas e administradas de forma organizada.

Como toda relação, também esta envolve características de ordem pessoal, pro ser sempre um encontro entre sujeitos com identidade própria e, portanto, com histórias e experiências diversificadas. Dessa forma, as interações que ocorrem no espaço escolar envolverão sempre o encontro da diversidade.

São nas relações que ocorrem no ambiente escolar que devem estar focadas ações, pois é pela ação e pela transformação das relações que a interação de professores e alunos vai se formando e se transformando. E é nesse processo que o Projeto Político Pedagógico torna-se fundamental para a escola, por ser o elemento norteador da organização do trabalho, visando ao sucesso na aprendizagem dos alunos – fundamento e finalidade maior da escola como instituição social.

INTRODUÇÃO

Na mudança que ocorre em uma instituição de ensino para a implantação de um curso é importante todos os segmentos da escola (gestores, alunos, professores, funcionários, pais) caminhar juntos, procurando resolver os problemas que aparecem e criando novas alternativas para a melhoria da educação oferecida à comunidade. Nesse processo, o trabalho realizado pelos vários segmentos da escola se mostra como um aspecto fundamental.

Trabalhar coletivamente, apesar de ser muito mais vantajoso para a escola como um todo, não é sempre uma tarefa fácil. Mas é pela ação coletiva que a escola se fortalece, revelando sua capacidade de se organizar e produzir um trabalho pedagógico de melhor qualidade.

Tratando especificamente da Biologia, como componente curricular do Ensino Médio, há necessidade de proporcionar maior aproximação entre os atores do processo, gestores, docentes e discentes, a fim de que ambos possam se comunicar de forma que a interação – ensino e aprendizagem – seja plenamente alcançada. É tempo de superação.

Nesse contexto, o ensino de Biologia no Ensino Médio, enquanto componente curricular é convocado a contribuir para que os estudantes passem a enxergar o planeta com um olhar diferenciado, sobretudo a cuidar e preservar a biodiversidade.

A escola precisa preocupar-se em atender às necessidades específicas da comunidade na qual está inserida, planejando seu trabalho a médio e longo prazos, com a finalidade de construir uma identidade própria. Nessa linha de pensamento, a construção do referencial curricular de Biologia para o Ensino Médio de uma instituição educacional deve atender-se de que alguns desafios deverão ser enfrentados em relação à proposta pedagógica inovadora e aos recursos que deverão ser alocados para a sua concretização.

A elaboração do referencial e do material faz parte do conjunto de ações do Projeto Político Pedagógico do ensino na área de Ciências Biológicas do Colégio Estadual Cônego Ramiro, o qual demonstra que é necessário contar com a participação e o entusiasmo do coletivo escolar.

O Projeto Político Pedagógico pode orientar o trabalho dos profissionais da escola por meio de diversas formas de planejamento, todas elas integradas no diálogo e na busca de solução dos problemas da escola com base na ação coletiva – alunos, professores, gestores, pessoal técnico-administrativo e de apoio, pais e comunidade local. Juntos, todos estarão procurando alternativas para promover inovações no cotidiano escolar.

CAPÍTULO I - RESGATE DA MEMÓRIA DA ESCOLA

Transformar o Colégio Estadual Cônego Ramiro num lugar onde se desenvolvam novas experiências e competências na área de Ciências Biológicas é a parcela de contribuição para melhorar nossa sociedade e um desafio de todos: diretores, pais, professores, alunos, funcionários. Dentre todos estes, os diretamente responsáveis pela gestão da escola acham-se mais comprometidos com a realização desse desafio. A principal finalidade do trabalho educacional é tornar realidade para todos uma educação de qualidade.

Portanto, para efetivar a educação acima mencionada, a gestão deve buscar mecanismos e ferramentas que proporcionem mudanças necessárias, por isso foi proposto um Projeto de Intervenção e para tanto, importante se fez, trazer à luz, alguns dados relevantes para conhecimento do ambiente educativo. Para iniciar importante é reavivar a memória, que a escola informando foi fundada em 10 de setembro de 1963, hoje localizada no centro, próximo a comércio, biblioteca municipal, cinema, ginásio de esportes e teatro, o que possibilita uma diversidade no trabalho e o acesso dos alunos a setores diversos da comunidade. Desde o ano de 2000, tornou-se inclusiva de referência, recebendo então, adaptações arquitetônicas para atendimento de especificidades e, com os profissionais sendo capacitados por meio de cursos diversificados.

O quadro de funcionários conta com os profissionais abaixo relacionados:

Grupo Gestor:

- Diretor
- Vice-Diretor
- Secretária Geral
- Coordenadores Pedagógicos
- Professores Regentes
- Auxiliares de Secretaria
- Auxiliares de Serviços Gerais
- Guardas noturno
- Equipe de Inclusão
- Professora de Recurso
- Professoras de Apoio
- Professoras Intérprete

O quadro de funcionários conta a grande maioria de efetivos, poucos são os professores contratados. Um fato importante é que uma parcela significativa, possui curso superior com especialização. Quanto à equipe de inclusão, todos possuem cursos de capacitação dentre eles: Libras, Curso em Deficiência Mental e outros na área desenvolvidos pela própria Secretaria de Ensino Especial.

Quanto à estrutura física é uma instituição de pequeno porte, sendo assim distribuída:

- 06 Salas de aula;
- 01 Diretoria;
- 01 Secretaria
- 01 Sala dos Professores;
- 01 Sala de recursos multifuncionais;
- 01 Laboratório de Informática;
- 01 Cantina;
- 05 Banheiros;
- 02 Depósitos pequenos;
- 01 Área pequena para horta;
- 01 Pátio pequeno contendo uma tenda.

A escola, em 2010 implantou o Ensino Médio, passando então a se tornar Colégio e para isso, foi necessário realizar diversas mudanças e dentre elas construir um Projeto Político Pedagógico voltado ao nível de ensino a ser ofertado com foco nas Diretrizes Curriculares.

CAPÍTULO II – A INTERVENÇÃO

Com o objetivo de alcançar uma educação de qualidade e implantar um nível de ensino diverso, iniciou-se uma intervenção junto à equipe da Escola, em reunião realizada no dia 23 de janeiro para tomada de decisões para o ano letivo de 2011. Estavam presentes os funcionários de todos os turnos da escola, que compõem: direção, dinamizadoras de laboratório, coordenadoras pedagógicas e equipe de inclusão. A pauta foi diversificada, procurando ressaltar as problemáticas encontradas no ano findado, com o objetivo de encontrar soluções viáveis para as dificuldades detectadas e implementar todo o processo de construção do currículo do Ensino Médio com atenção na área de Ciências Biológicas, voltado às matrizes norteadoras de ensino. Após análise do Projeto Político Pedagógico 2010, foi planejado o que seria tratado com os funcionários e comunidade escolar, esclarecendo e informando sobre a forma em que ocorreria a intervenção na escola.

Assim, a proposta de reconstruir o Projeto Político Pedagógico do colégio teve como um dos focos principais o Ensino de Ciências Biológicas, pois este tem como finalidade instigar o conhecimento de forma contextualizada a partir de situações de vivência prática e com o máximo de aplicabilidade possível e permitir ao aluno adquirir posicionamento, para agir nas diferentes situações, ampliando a compreensão sobre a realidade proposta em sala de aula. Como cita o documento do Programa de Ressignificação do Ensino Médio: “É preciso ressignificar o ato de ensinar, o ato de gerir a instituição e o conhecimento, as regras de convivência entre os sujeitos. Em outras palavras, ressignificar o ambiente da escola: o espaço de aprendizagem cognitiva, social, emocional e afetiva.” (2009, p.13).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais definem Ciências como uma elaboração humana para a compreensão do mundo (BRASIL, 1998). Dessa forma, esta nova proposta curricular para o estudo da Biologia no Ensino Médio no Colégio Estadual Cônego Ramiro, propõe um embasamento fundamentado na ação de promover inovações no ensino e nas práticas educacionais. Atribuem ao estabelecimento de ensino, por meio de seu projeto político pedagógico, a responsabilidade de estabelecer diferentes estratégias para a formação do cidadão emancipado e, portanto, intelectualmente autônomo, participativo, solidário, crítico e em condições de exigir espaço digno na sociedade e no mundo do conhecimento.

A organização do currículo há de contemplar a articulação interdisciplinar, mediante atividades integradoras que desenvolvam saberes, competências, valores e práticas, estimulando a participação dinâmica e contínua a partir das inter-relações existentes entre os

eixos constituídos do Ensino Médio – novo nível de ensino ofertado pelo Colégio – quais sejam: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.

Nessa nova proposta do Colégio, o Projeto Político Pedagógico é fato marcante como instrumento a ser reelaborado coletivamente e executado em prol da eficácia do trabalho pedagógico, implica, muito mais que a recepção de conceitos, implica numa tomada reflexiva na qual vigorem pontos que discorram sobre as finalidades da escola, objetivando, nesse exercício, encontrar explicação para seu papel social e a definição de caminhos, bem como as formas operacionais concretas a serem empreendidas por todos aqueles que se encontram envolvidos no processo educativo.

Para fortalecer todo esse processo de implantação, foi necessário elaborar um projeto de intervenção com várias ações, dentre elas: reuniões entre a equipe, com a comunidade local, pais e corpo discente; palestras; projetos e ações.

O Projeto de Intervenção foi importante para a escola por ter sido um elemento norteador da organização do seu trabalho, visando ao sucesso na aprendizagem dos alunos – finalidade maior da escola como instituição social.

A escola precisa se preocupar em atender às necessidades específicas da comunidade na qual está inserida, planejando seu trabalho a médio e a longo prazos, com a finalidade de construir uma identidade própria. Essa identidade tem um nome: Projeto Político Pedagógico.

O Projeto Político Pedagógico pode orientar o trabalho da escola por meio de diversas formas de planejamento, todas elas integradas no diálogo e na busca de solução dos problemas da escola com base na ação coletiva – alunos, professores, gestores, pessoal técnico-administrativo e de apoio, pais e comunidade local. Juntos, todos estarão procurando alternativas para promover inovações no cotidiano escolar.

Foi nesse sentido que aconteceu o Projeto de Intervenção na escola, proporcionou uma análise a todos, de que o processo de construção coletiva do Projeto Pedagógico é um instrumento importante para assegurar não só o sucesso da aprendizagem dos alunos como a sua permanência numa escola prazerosa e de qualidade.

CAPÍTULO II - RECONSTRUINDO O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A escola já possuía um Projeto Político Pedagógico, porém voltado apenas ao Ensino Fundamental, sem foco ao Ensino Médio e da forma que comumente tem-se conhecimento, não construído de forma coletiva e com o início do Projeto de Intervenção e as várias ações decorrentes, o trabalho da escola tornou-se muito mais produtivo e agradável quando iniciaram os diversos diálogos entre os vários segmentos que dela fazem parte.

Quando se fala nos diversos segmentos que compõe a escola, é feito referência a alunos, pais, professores, gestores, funcionários e representantes da comunidade local. Este é um desafio que toda escola precisa enfrentar.

A comunidade escolar foi capaz de construir, implementar e avaliar seu projeto pedagógico, visando uma educação de qualidade e exercendo sua autonomia pedagógica. Ao exercer essa autonomia, a escola, consciente de sua missão, implementou um processo compartilhado de planejamento respondendo assim, por suas ações e seus resultados. Essa autonomia construída objetivou ampliar os espaços de decisão e participação da comunidade atendida pela escola, criando e desenvolvendo participações coletivas. Para isso, foram realizadas as primeiras reuniões, tendo por fim discutir a construção do projeto pedagógico.

Para mudar a realidade da escola, inicialmente, foi necessário identificar os desafios cotidianos, o que podia ser feito mediante a investigação da própria ação desenvolvida. Essa investigação possibilitou a identificação dos desafios práticos, vividos diariamente na escola. Além disso, ajudou a diferenciar aqueles de natureza individual daqueles de caráter profissional, possibilitando à equipe gestora o acompanhamento das interações que os diversos sujeitos mantinham nesse espaço, do uso que fazem dos recursos disponíveis, de suas formas de reflexão e suas propostas de ação.

Analisar a rotina de trabalho é uma atividade complexa. Muitas vezes, no final do dia, não é fácil lembrar mais o que fizemos devido a uma série de situações imprevisíveis. Os desafios individuais muitas vezes se misturam com os institucionais, de modo que temos dificuldades para solucioná-los. Por isso foi importante registrá-los, diferenciá-los, para que as soluções propostas também fossem diferenciadas. Esse procedimento de registrar a própria ação permitiu problematizar o cotidiano escolar e interpretar os desafios pedagógicos vividos.

Ao basear o trabalho na discussão coletiva, a escola pode melhorar a qualidade dos serviços que presta à comunidade e estimular ações compartilhadas entre os membros, visando à realização de sua maior tarefa: a reconstrução coletiva do seu projeto pedagógico.

A reelaboração precisou do trabalho coletivo nos vários momentos, com o objetivo de assegurar ações solidárias entre os sujeitos da escola. Por isso, antes de discutir a concepção propriamente dita de projeto pedagógico, foi interessante refletir sobre a importância do trabalho coletivo para a busca de uma visão compartilhada na escola.

Ao realizar a intervenção observou-se que a escola reconheceu a importância do trabalho coletivo para a organização de suas ações, assim, como a necessidade de compartilhar suas práticas. Essa atitude foi importante porque mostrou que a organização do trabalho pedagógico tem mais chances de sucesso quando o caráter coletivo é assumido pelos vários segmentos da escola.

Cada escola é única, portanto esse projeto precisou levar em conta o trabalho pedagógico como um todo, representando claramente as intenções da instituição. A partir dessa concepção, observou-se que o Projeto Político Pedagógico não pode ser elaborado apenas por uma única vez, mas deve acontecer de forma processual e gradativa, cumprindo sua função social por meio de ações a curto, médio e longo prazos. Desse modo, o projeto pedagógico foi concebido, discutido e valorizado as ideias de todo o grupo, sendo flexíveis em nossas negociações administrativas e/ou pedagógicas. Vários segmentos de estudos formados por professores criaram base nessa premissa. Essa prática valorizou o pluralismo de idéias, pois o resultado das ações promoveu a melhoria continuada da educação e o comprometimento de todos os seus agentes.

Para propor inovações no trabalho escolar, o projeto pedagógico precisou ser discutido em reuniões tanto no âmbito do que a escola já é quanto naquele que poderá vir a ser. A cada momento foi realizada uma avaliação geral da escola, englobando principalmente o lado profissional – direção, coordenação, professores e demais funcionários. Foram avaliados os conhecimentos e, a partir deles, otimizadas as atividades desenvolvidas.

Foi levado em consideração o princípio de que a construção do projeto pedagógico deve necessariamente referir-se à relação escola-comunidade local. Pois se sabe que há diferenças na qualidade do trabalho de escola que conta com a participação da comunidade e de outras que planejam, executam e avaliam suas ações sem levar em consideração essa participação. A cada momento do Projeto de Intervenção a escola buscou trabalhar esse princípio na reconstrução do seu projeto pedagógico.

Os pais foram convidados a se envolver na organização de eventos para angariar fundos para a escola, discutir as prioridades da instituição e propor atividades pedagógicas para os alunos. Isso resultou na alteração da relação da escola com os pais. Estes passaram a

sentir-se de fato, bem-vindos na escola e a ter suas sugestões consideradas. Em todas as reuniões de pais e mestres, inicialmente a direção os recebeu com informações gerais e em seguida, ocorreram, além de apresentações culturais dos alunos, informações gerais sobre as reformas feitas, as compras realizadas, aulas de reforço, ações para recuperação dos alunos com baixo desempenho, ações de incentivo à frequência, enfim, informações sobre a vida da escola.

À medida que a relação escola-comunidade local ficou mais estreita aumentou a participação de todos os segmentos nas decisões da escola e a gestão tornou-se mais democrática. A escola procurou discutir e pôr em prática o princípio de gestão democrática em seu projeto pedagógico, a partir de um planejamento participativo que envolveu professores, funcionários, pais e alunos. A gestão pedagógica promoveu periodicamente sessões de estudo para a comunidade escolar, enquanto o projeto pedagógico era reconstruído de forma coletiva.

Outro objetivo definido relacionou-se aos princípios orientadores da construção do projeto pedagógico. Na construção do projeto pedagógico, foi preciso que os vários segmentos da comunidade escolar discutissem e indicassem os princípios que iriam orientá-lo.

Para nortear todas as ações foram considerados os princípios de igualdade para acesso e permanência na escola, a qualidade de ensino como privilégio de todos, uma gestão democrática e a valorização dos profissionais da educação.

A democratização da gestão na escola avançou com o processo de participação vivenciado por todos; passou-se a ter mais transparência na utilização dos recursos financeiros; valorizaram-se os recursos humanos; elevou-se a prática pedagógica e a relação com a comunidade; melhoraram-se as condições do trabalho. O mais importante foi que este conjunto de ações e práticas aumentou o nível de satisfação de professores, alunos, funcionários e pais, além de resultar na conservação do patrimônio escolar.

As dimensões pedagógica, administrativa, financeira e jurídica do projeto pedagógico precisaram ser vistas naquilo que a escola já é e no sentido de apontar possibilidades de se transformar, contando com o trabalho coletivo dos seus segmentos. Essas dimensões foram analisadas considerando-se sua interdependência, uma vez que elas interferem umas nas outras.

Por sua vez, a discussão sobre os princípios precisou ser feita com os vários segmentos da escola, de forma que o seu trabalho tenha um sentido compartilhado por todos, tornando a prática escolar mais eficaz.

Esses princípios gerais que orientam a construção do projeto pedagógico – relação

escola – comunidade, democratização do acesso e da permanência do aluno na escola com sucesso, gestão democrática, autonomia, qualidade de ensino para todas as escolas, organização curricular e valorização dos profissionais da educação – são bastante interligados e complementares entre si. Assim, a escola precisou pensá-los de forma interligada.

Cada um desses princípios, discutidos a partir da realidade da escola, pôde contribuir para a reconstrução do projeto pedagógico, estimulando os vários segmentos que a compõe a contribuir significativamente para a busca da melhoria da qualidade do ensino que oferece.

Foi importante levantar dados que permitissem uma visão sucinta da escola, de natureza legal (processo de criação / transformação), histórica (datas e motivos de seu surgimento). Tratou-se de a escola descrever sua própria realidade, com base na forma como seus vários segmentos encaram o trabalho que vem sendo desenvolvido.

Para isso, foi realizada uma pesquisa nos arquivos da secretaria escolar dados de natureza legal e administrativa por intermédio de leituras de documentos, como atas de registro do trabalho da escola, para enriquecer os dados. Houve uma coleta na Secretaria de Educação Municipal e Estadual informações relacionadas à presença da escola no município e no estado. Foi feita a verificação do surgimento da escola, através de informações obtidas com entrevistas com funcionários mais antigos e ex-alunos.

Registrados os dados de identificação da escola, a primeira ação realizada pelo coletivo da escola – professores, alunos, gestores, pessoal técnico-administrativo e de apoio, pais e segmentos organizados da comunidade foi a análise de sua realidade. Ao fazer esse diagnóstico global, indagamos acerca do trabalho que é desenvolvido.

A atividade consistiu no levantamento de informações que mostraram o trabalho pedagógico da escola como um todo. Diante dos dados obtidos, a escola precisou discutir, problematizar, levantar e compreender questões relacionadas à sua prática pedagógica, o que foi feito por meio de variados processos.

Na etapa do diagnóstico, a escola identificou também recursos humanos e financeiros, patrimônio, etc. À medida que as informações eram coletadas para conhecer o contexto de trabalho, foram desenvolvidas novas formas de organização e possibilidades de interações. Na vivência do processo de planejamento, surgiram novas atividades, concepções e relações de trabalho e de ensino-aprendizagem – enfim, de uma nova escola.

Um problema que ocorreu na fase do diagnóstico da realidade escolar se referiu ao tempo necessário para busca de informações e para a coleta dos dados. Para isso, foi organizada a seguinte estratégia:

- ◆ Professores colheram dados de suas turmas.
- ◆ Durante as reuniões com os pais foram coletados dados.
- ◆ Levantamento de informações junto à secretaria da escola, órgãos públicos e antigos funcionários e ex-alunos.
- ◆ Acompanhamento de desempenho escolar dos alunos.
- ◆ Reuniões Pedagógicas

Os dados auxiliaram as discussões e decisões do grupo referentes à reelaboração do projeto pedagógico. Durante esse período a escola passou por um movimento de avaliação, quando todas as pessoas envolvidas no seu cotidiano (alunos, pais, professores, direção, funcionários e comunidade em geral) pararam para analisá-la na perspectiva da “escola que queremos”.

Por meio das estratégias utilizadas foi possível diagnosticar a realidade da comunidade e suas aspirações, em relação à escola desejada para os seus filhos. Os dados também foram levantados com o intuito de analisar o aproveitamento escolar, o desempenho acadêmico dos alunos, repetência, infrequência, etc.

Muitas outras atividades foram desenvolvidas: reuniões, discussões, debates, filmagens da escola. Desses contatos resultou um levantamento de necessidades, levando-nos a priorizar algumas delas para serem atendidas em curto prazo.

Antes da mobilização para reconstrução do projeto pedagógico, os membros da escola tinham muita dificuldade em reconhecer as próprias faltas. À medida que foram se organizando, começou uma grande conscientização de que o sucesso de todos depende do sucesso de cada um: auxiliando-se mutuamente, todos podem colher juntos os frutos de um trabalho coletivo, muito mais rico e produtivo. Aprenderam a se apoiar, a compartilhar as pequenas e grandes vitórias, a tomar decisões coletivamente: tanto os sucessos quanto os fracassos passaram a ser responsabilidade de todos.

Assim, o projeto pedagógico foi fundamentado num trabalho coletivo onde cada membro da comunidade se propôs a atingir, como objetivo comum, a garantia do acesso e da permanência do aluno na escola, com qualidade. Aconteceu a tomada de consciência para a necessidade de mudança. Uma superdose de estímulo foi lançada. A escola foi revitalizada.

CAPÍTULO III - GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUCESSO ESCOLAR: REFLEXÕES

Para realizar o Projeto de Intervenção foi proposta a pesquisa-ação que tem sido utilizada, nas últimas décadas, de diferentes maneiras, a partir de diversas intencionalidades, porém importante se faz conhecer que quando se opta por trabalhar com pesquisa-ação, por certo tem a convicção de que pesquisa e ação podem e devem caminhar juntas quando se pretende a transformação da prática. No entanto, a direção, o sentido e a intencionalidade dessa transformação serão o eixo da caracterização da abordagem da pesquisa-ação.

Um fato muito importante é que a pesquisa-ação pode ser crítica e para isso a condição é o mergulho na práxis do grupo social em estudo, do qual se extrai as perspectivas latentes, o oculto, o não familiar que sustentam as práticas, sendo as mudanças negociadas e geridas no coletivo. Nessa direção, as pesquisas-ação colaborativas, na maioria das vezes, assumem também o caráter de criticidade.

A pesquisa-ação crítica deve gerar um processo de reflexão-ação coletiva, em que há uma imprevisibilidade nas estratégias a serem utilizadas. A pesquisa-ação crítica considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Por isso a grande e fundamental importância das reuniões que foram realizadas com todos os atores do processo que ocorreu durante o Projeto de Intervenção para reconstruir coletivamente o Projeto Político Pedagógico.

E foi nesse sentido de pesquisa-ação e registros que aconteceu todo o Projeto de Intervenção para concretizar a Reconstrução Coletiva do Projeto Político Pedagógico com foco na área de Ciências Biológicas, por intermédio das reuniões, debates, sondagem de situações existentes e diárias entre outros para compor o resultado final almejado.

Outra vertente desse processo é observar que, atualmente, educar na e pela democracia pressupõe um cuidado especial nos discursos e nas práticas cotidianas da Escola, permitindo que o educando se forme como cidadão para uma sociedade educadora e democrática.

É importante perceber que o trabalho da escola torna-se muito mais produtivo e agradável quando há diálogo entre os vários segmentos que dela fazem parte – alunos, pais, professores, gestores, funcionários e representantes da comunidade local. E esse é um desafio que toda escola precisa enfrentar.

Para iniciar esse momento de reflexão é importante saber que as leis são fontes de esperança, mas não fazem milagres, visto que a realidade social não muda por um simples

passa de mágica. Nesse sentido elas são pontos de partida para que a realidade seja repensada e que, com base em sua aplicação, avanços sejam alcançados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96) é a lei máxima do nosso sistema educacional e reflete um processo e um projeto político para a educação brasileira, reconhecendo na escola um importante espaço educativo e nos profissionais da educação uma competência técnica e política que os habilita a participar da elaboração do seu projeto pedagógico.

É claro que o fato de a lei determinar que cada escola construa o seu projeto pedagógico é uma condição necessária, mas não suficiente para o exercício pleno da autonomia. É preciso fazer surgir, dessa autonomia garantida pela lei, uma outra – construída na escola – que estimule e assegure a participação de gestores, professores, pais, alunos, funcionários e representantes da comunidade local na discussão do trabalho pedagógico, numa perspectiva mais ampla.

Quando acontece o envolvimento de todos os atores do contexto escolar é garantida a autonomia assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases, pois é fruto de um processo de construção social. E é claro que quando a autonomia da escola aumenta, também cresce o seu nível de responsabilidade em relação à comunidade na qual está inserida.

É nesse sentido que podemos dizer que a autonomia da escola ocorre à medida que existe também a capacidade de a instituição assumir responsabilidades, tornando-se mais competente no seu fazer pedagógico. Em outras palavras, a escola é mais autônoma quando se mostra capaz “(...) de responder por suas ações, de prestar contas de seus atos, de realizar seus compromissos e de estar comprometida com eles, de modo a enfrentar reveses e dificuldades” (LUCK, 2000, p.11)

Para criar essa realidade, inicialmente, é necessário identificar os desafios cotidianos, o que pode ser feito mediante a investigação da própria ação desenvolvida pela escola. Essa investigação possibilita aos profissionais a identificação dos desafios práticos, vividos diariamente na escola. Além disso, ajuda a diferenciar aqueles de natureza individual daqueles de caráter profissional, possibilitando à equipe gestora o acompanhamento das interações que os diversos sujeitos mantêm nesse espaço, do uso que fazem dos recursos disponíveis, de suas formas de reflexão e suas propostas de ação.

Os gestores lidam com problemas de diversas naturezas no cotidiano escolar. Esses problemas são desafiadores e precisam ser discutidos pelo coletivo da escola, o qual por sua vez é bastante heterogêneo, pois é formado por diversos segmentos – como já demonstrado

anteriormente – que possuem conhecimentos, ideias e valores diferentes que podem gerar conflitos, pois existem interesses de segmentos divergentes. Mas é exatamente essa diversidade que torna o processo de construção rico e dinâmico, pois é em função dessa interação que surge o coletivo da escola.

O Projeto Político Pedagógico precisa assim, do trabalho coletivo nos vários momentos de sua elaboração, com o objetivo de assegurar ações solidárias entre os sujeitos da escola. Por isso, antes de discutir a concepção propriamente dita de projeto pedagógico, é interessante refletir sobre a importância do trabalho coletivo para a busca de uma visão compartilhada na escola.

“O projeto da escola não começa de uma só vez, não nasce pronto. É, muitas vezes, o ponto de chegada de um processo que se inicia com um pequeno grupo de professores com algumas propostas bem simples e que se amplia, ganhando corpo e consistência. Nesse trajeto, ao explicitar propósitos e situar obstáculos, os educadores vão estabelecendo relações, apontando metas e objetivos comuns, vislumbrando pistas para melhorar a sua atuação.” (SETÚBAL, 1994).

À medida que a relação escola-comunidade local fica mais estreita, aumenta a participação de todos os segmentos nas decisões da escola e a gestão torna-se mais democrática. Essa gestão democrática é outro princípio fundamental na elaboração do projeto pedagógico.

Como princípio do projeto pedagógico, a gestão democrática entende que todos os envolvidos no trabalho escolar devem não apenas saber como a escola funciona, mas também participar na definição dos seus rumos. Nesse sentido, a escola não pode centrar o seu trabalho na figura dos gestores, mas abrir-se à participação de todos nas decisões, que visam à definição e ao alcance das finalidades do projeto pedagógico.

Outro princípio a ser considerado na elaboração do projeto pedagógico diz respeito à democratização do acesso e da permanência, com sucesso, do aluno na escola. Sabe por quê? Porque uma análise mais aprofundada das políticas educacionais revela que um número considerável de alunos que ingressam na escola não tem conseguido permanecer com êxito.

Mas será que ampliar o acesso basta? Ou a escola precisa, ao discutir o seu projeto pedagógico, avançar nessa reflexão? Na verdade, as pesquisas educacionais mais recentes têm indicado que o grande problema não é mais o crescimento do número de matrículas mas, fundamentalmente, a permanência bem-sucedida do aluno numa escola de qualidade. Enfim, a

finalidade maior do projeto pedagógico é assegurar o sucesso da aprendizagem de todos os alunos da escola.

À medida que o gestor e a comunidade escolar vão conhecendo as pessoas e o funcionamento da escola é possível observar que existe uma vontade, ainda que não consciente, de mudar. As pessoas falam sobre gostariam que a escola fosse e, muitas vezes, esse sonho se refere ao lugar que ocupam na escola. Os profissionais que cuidam da limpeza gostariam que a escola fosse limpa; os que ficam na secretaria, que a documentação da escola fosse mais organizada; os alunos, que o horário de recreio fosse prolongado; os professores, que a disciplina fosse ampliada e assim por diante. Todos querem algo mais; falta, portanto, articular esse “algo mais”, negociar suas implicações de modo a construir uma proposta, não do turno ou do setor, mas da escola. Enfim, uma proposta que servirá como referência de instrumento para a ação coletiva.

Há várias formas de construir o projeto pedagógico. Cada escola é única em sua realidade e nas relações que os seus segmentos estabelecem entre si. Nesse sentido quaisquer sugestões precisam ser adaptadas à realidade do projeto a ser construído.

O Projeto Pedagógico retrata a identidade da escola, oferecendo diretrizes gerais quanto ao que a escola precisa desenvolver, visando tornar o seu trabalho mais agradável, produtivo e voltado para a construção da cidadania nos sujeitos que dela participam.

Finalizando, a pergunta que não quer calar: “Por que construir coletivamente o Projeto Político Pedagógico?”, sempre terá de ser feita para que não se torne um mero cumprimento de tarefa, parte do cotidiano escolar, da prática pedagógica. E ainda, com a consciência de que o projeto pedagógico consiste no eixo norteador e representa o funcionamento da escola e deve ser assumido como uma conquista do coletivo da escola, como um instrumento de luta e de organização. Portanto, a construção do projeto pedagógico depende do papel ativo dos diversos atores envolvidos no contexto escolar.

O projeto representa o laço entre presente e futuro, tendo se tornado na contemporaneidade em instrumento indispensável de ação e transformação. É uma atividade natural e intencional que o ser humano utiliza para procurar solucionar problemas e construir novos caminhos. É importante ressaltar que quando se projeta algo temos sempre a tendência de quebrar um estado confortável para arriscar-se em algo novo, ainda não estável, mas buscando um futuro melhor do que o presente.

Todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político, por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da

população majoritária.

É político, no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. 'A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica.' (SAVIANI, 1983, p. 93).

Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (SAVIANI, 1996, p. 12)

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, assegura à escola o direito de elaborar e executar sua proposta pedagógica (Art. 12-I), e aos docentes participarem da elaboração (Art. 13 - I).

O Projeto Político Pedagógico propõe as metas e os objetivos da escola e, para concretizá-los, prevê formas de organização e gestão do trabalho pedagógico, em termos de tempo e espaço, e das relações que se estabelecem entre todos os envolvidos.

Mas antes mesmo dos projetos e planos serem materializados, é importante que exista na escola um desejo coletivo de mudanças com vistas a melhorias em todas as atividades que são desenvolvidas. E isso pressupõe a disposição para refletir sobre a realidade existente e a realidade desejada, o que se traduz em um processo de planejamento. Por isso é que ao iniciar o Projeto de Intervenção foram realizadas reuniões com todos os segmentos e feita a sondagem para identificar as maiores dificuldades dos educandos.

O ato de planejar está relacionado com o desejo de transformar sonhos em realidade, sendo condição básica para que uma ação alcance bons resultados. Além de orientar o trabalho a ser feito, o planejamento proporciona uma importante base consensual para o início do trabalho. Do planejamento nascem os projetos e os planos, documentos onde estão expressamente formalizados os princípios que devem nortear as ações visando à realização dos objetivos almejados.

O planejamento é a mediação teórico-metodológica indispensável para que o Projeto Político Pedagógico seja construído de forma coerente e em sintonia com as aspirações coletivas.

O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de

compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma – sob o olhar atento do poder público. (FREITAS et al., 2004, p. 69)

O Projeto Político Pedagógico é o principal fruto do planejamento coletivo e pode ser revelador da ousadia da escola em assumir a sua autogestão. Envolve processos de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. Segundo VASCONCELLOS (1995, p. 143), é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma: refletida; consciente; sistematizada; orgânica; participativa - o que é essencial. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição. Considerando que o projeto político pedagógico é, ao mesmo tempo, um dever e um direito da escola, deve ser um instrumento democrático, abrangente e duradouro, alicerçado em princípios sólidos tais como: gestão democrática; garantia do acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola; valorização dos profissionais da educação; integração escola/família/comunidade; autonomia da escola.

O Projeto Político Pedagógico traz as marcas da concepção de mundo, humanidade e educação dos gestores das políticas públicas, dos gestores de escola, dos educadores, uma vez que não existe neutralidade no fazer pedagógico. Um projeto político pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos. Por exemplo, hoje a escola pública burocrática se confronta com as novas exigências da cidadania e busca de nova identidade de cada escola, pautas de a sociedade cada vez mais pluralista. (FREIRE, 1991, p. 2)

Mas para que a escola possa ir além do instituído é preciso que ela desenvolva sua autonomia, o que não significa dizer que ela possa estar acima das determinações legais e possa desconsiderar as orientações dos órgãos públicos, mas que ela seja respeitada na escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização de eventos culturais, de atividades cívicas, esportivas, recreativas, enfim, que possa desenvolver plenamente as atividades educativas, em sintonia com os desejos e aspirações de seus integrantes, cujas diretrizes sejam coletivamente discutidas e aprovadas, e que não estejam em desacordo com as determinações legais e os princípios gerais que alicerçam as sociedades democráticas. Considerando ser a escola um local de realizações do projeto educativo, todas as suas ações precisam estar organizadas e voltadas para a promoção de situações que levem ao crescimento de todos em relação à compreensão das questões sociais. Como é fato nas próprias eleições diretas para Gestores ocorridas este ano nas Unidades Escolares. Isto reforça a importância da

construção e da aplicação do Projeto Político Pedagógico, uma vez que ele torna possível a formação crítica autônoma no cotidiano escolar.

O Projeto Político Pedagógico indica o rumo, a direção que a escola deve tomar para cumprir da melhor maneira possível suas intenções educativas, devendo sempre ser revisto e melhorado, pois nunca estará pronto e acabado. Mas trata-se de uma transformação que deverá vir de dentro para fora para que seus efeitos sejam muito mais duradouros, gerando participação coletiva, levando os grupos existentes no âmbito escolar a pensarem de forma conjunta as ações que serão tomadas para soluções dos problemas existentes e para criar as condições que favoreçam a realização dos objetivos pretendidos. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico também é um instrumento de gestão.

O trabalho coletivo, a gestão participativa, é exigência ligada à própria natureza da ação pedagógica; propicia a realização dos objetivos e o bom funcionamento da escola, para o que se requer unidade de ação e processos e procedimentos de tomada de decisões.

O projeto expressa o grau de autonomia da equipe escolar. Essa autonomia passa pelo trabalho coletivo e pelo projeto pedagógico. Realizar um trabalho coletivo significa conseguir que o grupo de educadores chegue a pontos de partida (princípios) e de chegada (objetivos) comuns, envolvem sistema e práticas de gestão negociadas, unidade teórico-metodológica no trabalho docente, sistema explícito e transparente de acompanhamento e avaliação. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003, p. 357-358).

Quando se fala em autonomia, relembram-se as grandes conquistas pelo que a sociedade já alcançou e dentre elas é mister ressaltar a gestão democrática, exercida não apenas pelo voto mas, principalmente pelo alcance social que esta proporciona. As conquistas legais, fruto da mobilização popular, não garantem mudanças de forma automática. A sociedade precisa continuar organizada e mobilizada para que, de forma coletiva, possa lutar e fazer valer tais direitos. Para isso, é necessário que a educação exerça o importante papel de contribuir para que todos conheçam e cobrem os preceitos estabelecidos nos textos legais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, ao estimular a gestão democrática, atribui aos profissionais da educação a função de elaborar, executar e avaliar o Projeto Político Pedagógico da escola. Assim, a lei reconhece nos professores uma competência técnica e política para a realização dessa tarefa:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu

sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; [...]

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; [...]

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola. (BRASIL, 1996, p. 21)

Se a escola ainda não avançou para uma gestão democrática, dificilmente terá condições de elaborar e executar um Projeto Político Pedagógico que represente as aspirações coletivas dos que a integram. Todavia, a própria gestão democrática não é fruto de mágica, é resultado de uma construção, de uma opção que começa muitas vezes por apenas uma ou algumas poucas pessoas. Quanto mais vai se fortalecendo a compreensão da força coletiva para a solução dos problemas da escola, mais vai se ampliando a participação. O planejamento e o Projeto Político Pedagógico são processos que, por englobarem todas as atividades da escola, favorecem a construção da gestão democrática.

É de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico estejam alicerçados em uma administração participativa, coletiva, em que as decisões sejam democratizadas e que o seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, como oportunidade de reflexão para mudanças de direção e caminhos.

Com a disseminação das práticas de gestão participativa, foi-se consolidando o entendimento de que o projeto pedagógico deveria ser pensado, discutido e formulado coletivamente, também como forma de construção da autonomia da escola, por meio da qual toda a equipe é envolvida nos processos de tomada de decisões sobre aspectos da organização escolar e pedagógico curriculares. (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003, p. 357)

A gestão democrática se torna imprescindível para que a escola atinja os seus objetivos, com a qualidade que dela esperam os estudantes e seus pais, a direção, os

professores e os funcionários, a comunidade de seu entorno e sociedade de forma geral.

Sem uma avaliação permanente das ações, a tendência é que ele se transforme em um mero documento com vistas a atender uma exigência legal. É preciso que sejam previstas formas de ajuste para as ocorrências não previstas. O Projeto Político Pedagógico tem que ser tratado como algo vivo, que precisa ser alimentado e cuidado permanentemente.

A avaliação permanente assegura o êxito do que foi planejado, assegurando a flexibilização de objetivos e dando vida ao projeto, evitando que ele se transforme em mero documento formal. “[...] A avaliação depende de informações concretas e objetivas, o que supõe o acompanhamento.” (LIBÂNEO, OLIVEIRA e TOSCHI, 2003, p. 359-360)

Levando em consideração tudo o que aqui foi apontado, o Projeto Político Pedagógico vai ter a “cara” da própria escola e a marca de sua forma de elaboração. Nesse sentido, como observa LIBÂNEO, 2003, a escola que consegue elaborar e executar, de forma cooperativa, seu projeto pedagógico curricular, dá mostras de maturidade de sua equipe, de bom nível de desenvolvimento profissional de seus professores, de capacidade de liderança da direção e de envolvimento da comunidade escolar. Ao mesmo tempo, demonstra autonomia da equipe e gera oportunidade de desenvolvimento profissional aos professores.

O projeto pedagógico curricular não pode ser confundido com a organização escolar nem substitui a gestão. São duas coisas diferentes. O projeto é um guia para a ação, prevê, dá uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, institui procedimentos e instrumentos de ação. A gestão põe em prática o processo organizacional para atender ao projeto, de modo que este é um instrumento de gestão. (LIBÂNEO, 2003, p. 126-127)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação articula gestão democrática com valores como pluralismo, respeito à liberdade, tolerância e gratuidade (art. 3º) Relaciona-o também ao direito de todos à educação. Portanto, o grande desafio dos gestores das escolas públicas, entre outros, é promover, na prática cotidiana das comunidades locais e escolar, a efetivação de um projeto pedagógico inovador e que atenda ao interesse coletivo.

A escola é constituinte e constitutiva da sociedade em que está inserida. Isso significa que não dá para pensá-la de forma independente da realidade social. As ações desenvolvidas na escola refletem o momento histórico que a sociedade está vivendo. Assim, a escola torna-se mais real, mais atuante, quanto maior for o número de sujeitos sociais participando

ativamente dos seus processos. Ela tem um papel importante na organização da sociedade, mas também se modifica em função da sociedade.

CONCLUSÃO

A reconstrução coletiva do Projeto Político Pedagógico foi um processo que demonstrou à comunidade escolar o quanto é importante que todos os atores da escola são fundamentais para que as ações sejam planejadas e definidas de modo a atender às necessidades específicas da comunidade em que estão inseridas.

Todo o processo para a efetivação da reconstrução do projeto foi compreendido por três momentos interligados: diagnóstico da realidade da escola, levantamento das concepções do coletivo e dos dados da escola e programação das ações a serem desenvolvidas por todos os sujeitos da escola. Todos esses momentos passaram por um processo de avaliação que permitiu ao grupo caminhar do real para o ideal, desenvolvendo ações viáveis, possíveis de serem implementadas. Portanto, ações que necessitaram de planejamento e avaliação desde o diagnóstico até a execução das ações.

No processo contínuo de elaboração do projeto pedagógico, a escola necessitou de um planejamento que considerasse a organização do trabalho escolar, e sua prática pedagógica, de modo a desenvolver planos de ação que possibilitaram, de fato, a melhoria da qualidade do ensino e os resultados da aprendizagem dos alunos.

No processo de construção da ação coletiva que sustentou o trabalho pedagógico puderam ser identificadas as seguintes características: iniciativa, ousadia e construção do futuro, as quais necessitaram de liderança, cooperação e participação.

Sabe-se que todos querem o sucesso escolar, transformar a realidade educacional, e que a responsabilidade de construir essa realidade é do coletivo que constrói o projeto político pedagógico.

O projeto político pedagógico representa o funcionamento da escola e deve ser assumido como uma conquista do coletivo da escola, como um instrumento de luta e organização. Portanto, a reconstrução do projeto político pedagógico dependeu do papel ativo dos diversos atores envolvidos no contexto escolar.

Enfim, a reconstrução do projeto da escola dependeu, sobretudo, da ousadia dos seus agentes, pois o ponto de partida foi a visão da realidade, visando efetivar um projeto conjunto para antever um futuro diferente, embasado em ações intencionadas com um sentido definido, explícito, sobre o que se necessitava inovar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9.394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC / SEF, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREITAS, L. C. et al. **Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas**. In: **Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza SEABRA. **Educação escolar: Políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e prática**. 4 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

LUCK, H. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à formação de seus gestores**. Brasília. 2000.

RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. MOREIRA, Marcos Elias. **Ressignificação do Ensino Médio – um caminho para a qualidade**. Goiânia, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: Teorias da Educação, Curvatura da Vara, Onze Teses sobre Educação e Política**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1993.

SAVIANI, Demerval. **Os saberes implicados na formação do educador**. In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). **Formação do educador: Dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996.

SETÚBAL, M. A. (org.). **Raízes e Asas**. São Paulo: Centro de Pesquisas para Educação e Cultura, Volumes 3 e 4, 1994.

VASCONCELOS, C dos S. **Planejamento: plano de ensino aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização**. São Paulo: Libertad, 1995